



ENTREVISTA

ESTUDOS DA INFÂNCIA NO BRASIL

Entrevista com Anete Abramowicz¹

Centro de Pesquisa e Formação: Em sua trajetória acadêmica, as pesquisas que vem desenvolvendo buscam contribuir para a configuração do campo dos estudos da infância no Brasil. Poderia traçar um panorama das mudanças e avanços observados ao longo dos últimos anos, considerando o cenário na época da publicação de seu livro *Estudos da infância no Brasil* e o panorama atual?

AA: Os avanços foram inúmeros, como todo campo científico, mas ainda permanecem pontos estruturais que definem e compõem esse território. Como o livro indica, partimos de uma espécie de “ponto zero” sobre a emergência desse campo na atmosfera científica brasileira e ocidental, que foi o trabalho de Florestan Fernandes² e de Virginia Leone Bicudo³. Florestan constituiu, na época, a sociologia brasileira, e Virginia podemos dizer que compunha o campo das relações étnico-raciais. A partir daí temos uma primeira onda – tomando a ideia de “onda” do movimento feminista – nas décadas de 1970 e 1980, quando o tema da infância emerge em diversos contextos e nas discussões sociais. Podemos resumir que, nesse período, as temáticas referiam-se principalmente às questões derivadas da desigualdade social, marginalidade cultural, pobreza, trabalho infantil, indicadores de desempenho escolar, entre outras. Podemos chamar de segunda onda a década de 1990, quando ocorre uma eclosão e emergência de trabalhos vinculados às relações étnico-raciais e à sociologia da infância, como avaliação, qualidade, política pública e currículo, por exemplo. Contemporaneamente, podemos falar de uma quarta onda, na qual alguns temas seguem com vigor, como a infância negra e indígena. Há também uma ênfase em estudos sobre bebês, com uma tendência crescente de que essa área tenha um campo científico próprio, denominado “Estudos de Bebês”. Além disso, surgem estudos do que tem sido chamado de “ciberinfância”, ou seja, a relação das crianças com as mídias sociais e com os dispositivos de controle e de subjetivação, como a internet, os celulares, tablets etc. A relação entre crianças e objetos, que antes parecia separada, hoje se apresenta de maneira distinta, especialmente no que diz respeito

1 Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).. E-mail: anetabra@usp.br

2 FERNANDES, F. As trocinhas do Bom Retiro. In: FERNANDES, F. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. P. 153-258.

3 BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. *Sociologia*, São Paulo, Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, v. 9, n. 3, p. 196-219, 1947.

aos computadores e à internet. Somos agora “pessoas-objetos”, acopladas às máquinas — cibermáquinas, como sujeitos imersos na ciberinfância. Como sairemos disso se passamos a compor nossos corpos com a internet? Ainda há continuidade de estudos sobre Educação infantil, com ênfase em temas como alfabetização, a importância do brincar o abandono das creches pelo Estado, o que tem gerado o fenômeno da “filantropização” das creches, ou seja, a transferência das crianças de 0 a 2 anos e 11 meses para convênios com as prefeituras, acompanhada de um “apostilamento” progressivo, fornecido por empresas pedagógicas para as atividades das crianças pequenas. Há também pesquisas no campo da Educação Especial, com o crescente diagnóstico de transtornos do espectro autista, além do tema da medicalização das crianças, que sempre foi uma preocupação nos estudos sobre a infância. Um aspecto relevante que está emergindo que é a violência do Estado brasileiro e o assassinato de crianças, muitas vezes referidos como “balas perdidas”, que atingem principalmente os corpos de crianças pobres e negras. Também assistimos a guerras que vitimam crianças de maneira inaudita, sem que os organismos internacionais se posicionem adequadamente para protegê-las. Estamos diante de um infanticídio em curso, como se vê nas guerras em Gaza, no Sudão, na Ucrânia e no Brasil, por meio das chamadas “balas perdidas”. Além disso, continuam a ser debatidos temas estruturais da sociologia da infância, como trabalho infantil, mortalidade infantil e desigualdade social.

CPF: Focando mais especificamente no campo da sociologia da infância no Brasil, poderia discorrer sobre a realidade atual no que diz respeito às disputas que permeiam esse campo dentro das universidades?

AA: A sociologia da infância é um campo científico com perspectivas distintas. Se tomarmos a sociologia da infância anglo-saxônica e de língua inglesa em geral, em 1982, Chris Jenks apresentou em seu texto “Constituindo a criança⁴” um esforço para conceituar teoricamente a criança, frente às abordagens que relegavam as crianças “quer à ignorância e a um estatuto secundário, quer a uma diferença radical e a um mundo bipartido” (Jenks, 2002, p. 214). Desde então, e a partir de várias outras publicações de autores diversos (como James e Prout, 1990; Qvortrup, 1993; Corsaro, 1997; Alanen e Mayall, 2001), observamos avanços constantes nos estudos da infância e das crianças, no sentido de definir teoricamente os conceitos “criança” e “infância” e de adotar uma perspectiva social para compreender as crianças. No interior da sociologia da infância ocidental, podemos identificar pelo menos quatro concepções que dialogam intensamente, em particular na Europa: a *Sociologia do Discurso da Criança* e

⁴ CONSTITUINDO a criança. *Revista Educação, Sociedade e Culturas*, n. 17, 2002.
Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC17/17-.arquivo.pdf>.

da Infância, de James, Jenks e Prout, fundamentada no pensamento pós-estrutural de Foucault, Deleuze, Guattari e Bataille; a *Sociologia da Infância Estrutural* defendida por Jens Qvortrup, a partir de um referencial marxista; a *Sociologia das Crianças*, de William Corsaro, baseada na sociologia de Goffman, Giddens e na antropologia de Geertz; e a *Sociologia da Infância Relacional*, de Leena Alanen e de Berry Mayall, fundamentada na teoria de Pierre Bourdieu (Tebet; Abramowicz, 2018⁵).

No Brasil, ao falarmos em sociologia da infância, não há uma divisão clara em vertentes, embora existam diferenças. De maneira geral, essas diferenças não são amplamente discutidas. A sociologia da infância brasileira, em muitos casos, se aproxima da psicologia social e cultural, com o uso de Lev Vigotski nas análises sobre a criança e a infância. Já na sociologia da infância francesa, por exemplo, há uma ruptura com dois campos científicos solidamente construídos: com a sociologia da educação, que estuda os sistemas escolares, e com o da psicologia do desenvolvimento e do comportamento, nesse caso rompendo com Piaget e com alguns pressupostos de Vigotski. Romper com esses dois campos não foi tarefa fácil, pois eles estruturam, de certa forma, o pensamento nos cursos de pedagogia, por exemplo. A sociologia da infância ampliou as possibilidades teóricas para pensar a criança para além dos paradigmas teóricos hegemônicos, como os da psicologia e até mesmo da sociologia de Durkheim, que via a criança como essencialmente anômica e incapaz de compreender as normas e as regras da sociedade. A sociologia da infância desafiou esses modelos, ao mesmo tempo que criticou a psicologia do desenvolvimento/comportamento e a sociologia da educação. Ela se opôs à predominância, que persiste até hoje, da psicologia do desenvolvimento e do comportamento nas pesquisas relativas à primeira infância. Podemos afirmar que a sociologia da infância fez uma crítica severa à psicologia do desenvolvimento, combatendo pressupostos amplamente aceitos, como as descrições minuciosas das etapas de desenvolvimento infantil, a teoria do apego e a aliança, por vezes, entre a educação e a psicologia, que impõem uma visão universal das etapas de desenvolvimento e comportamento da criança. Essas duas áreas foram “fraturadas” pela sociologia da infância para que o campo pudesse se constituir. A sociologia da infância operou também uma grande mudança em relação à sociologia da educação, cuja análise, muitas vezes, se dava no plano macrossociológico, ignorando as experiências dos alunos e, sobretudo, das crianças. Como em todo campo científico, como definia mesmo o Bourdieu (2004), a sociologia da infância só se mantém

⁵ TEBET, Gabriela de Campos; ABRAMOWICZ, Anete. Estudos de bebês: linhas e perspectivas de um campo em construção. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 20, n. 4, p. 924-946, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8649692>. Acesso em: 19 dez. 2024.

por meio das disputas e lutas epistemológicas, com os avanços de temáticas e de pesquisadores/as que se engajam nessa perspectiva.

CPF: Em relação às pesquisas acadêmicas que partem do protagonismo das crianças como premissa, quais são as principais questões éticas e metodológicas implicadas?

AA: Primeiramente, é importante entender como a ideia de criança emergiu no cenário científico ocidental. Algo mudou na história para que a criança fosse concebida de determinada maneira. A criança não tem uma origem fixa, mas uma emergência, e, se as forças mudam, a forma também muda. Se não há uma forma imutável, isso significa que a criança está sempre mudando e pode, inclusive, desaparecer. Foi isso que Philippe Ariès⁶ afirmou: a “forma” criança foi se transformando ao longo do tempo. Nesse percurso epistemológico, tudo é histórico, pois tudo emerge. Se essa forma é construída pelas relações de forças, ela é disputada. Por isso, quando o movimento negro afirma a necessidade de representar crianças negras, é porque a ideia de criança surge de determinada forma, com uma cor, com certos trajes, e essa forma exclui a criança negra e outras mais. A questão metodológica, nesse contexto, é uma das mais complexas na sociologia da infância. Porque não somos mais crianças e não temos mais essa perspectiva, e as crianças não fazem pesquisas. Talvez as crianças sejam o único ator social que não fala por si só, não escreve e não pesquisa. Outros atores sociais, como mulheres, negros, sem-teto, pessoas com sexualidades dissidentes e movimentos LGBTIA+, podem se expressar, mas as crianças não. O discurso infantil está na mais baixa hierarquia discursiva. Ou seja, o que elas falam, na maioria das vezes, não é levado em conta. Buscar a perspectiva das crianças é, portanto, uma tarefa analítica extremamente desafiadora. Os sociólogos da infância já afirmaram incansavelmente que a participação política da criança e sua fala são essencialmente cenas políticas que desafiam as hegemonias discursivas e participativas, que naturalizam a ideia de que essas ações devam ser realizadas pelos adultos. Falar em nome da criança, envolvê-las cenas sociais como agentes desses processos, é uma das formas mais eficazes de luta micropolítica, um movimento político, pois a escola, em particular, está orientada para a conformação política da criança e é incapaz de escutá-la.

Dessa forma, logo de início surgem questões éticas e metodológicas. A primeira pergunta metodológica a se fazer é: qual perspectiva adotar para acessar a perspectiva da criança? Quais são os conceitos da sociologia da infância que foram construídos e nos quais operamos? Protagonismo

⁶ Ariès, P. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1978. (Trabalho original publicado em 1973).

infantil, processos de socialização, estrutura social, infância/criança, autoria social/agência, cultura infantil, geração, etnografia, cultura de pares – esses são os conceitos fundamentais. Podemos descrever a processualidade pela qual a sociologia da infância passou para se afirmar como um território legítimo de pesquisa. Ela trouxe inversões interessantes, novos agenciamentos, novos(as) pesquisadores(as), oferecendo um novo olhar sobre as crianças, um movimento contra o adultocentrismo, contra o colonialismo, entre outros. Tomou a fala da criança como valendo por si mesma e promoveu uma inversão nos processos de subalternização, como em um movimento político, pois sabemos que, historicamente, são os adultos quem falam sobre as crianças, e isso faz parte de uma das linhas do processo que chamamos de “socialização”. É o adulto quem fala na nossa hierárquica ordem discursiva. Os sociólogos anglo-saxões, como Jens Qvortrup (1993), afirmam com razão que as crianças são, entre as minorias, as menos protegidas, pois elas não são suas próprias porta-vozes. No entanto, é importante destacar que houve avanços que fundamentam os estudos sobre crianças e infância. Por muito tempo, porém, os bebês continuaram ocupando uma posição marginal em tais teorias, mesmo na sociologia da infância. Existe uma ausência histórica dos bebês nos estudos da infância, especialmente nas pesquisas de áreas como história, antropologia, geografia, filosofia e sociologia, que poderiam ter estabelecido um lugar para os bebês nas ciências sociais. Devemos continuar o esforço empreendido por Liane Mozère, uma das mais importantes pesquisadoras francesas sobre creches e bebês, e que realizou uma análise microssociológica, propondo-se a responder a uma questão ainda contemporânea: “Como acessar o desejo das crianças pequenas (de 0 a 6 anos) e como abrir espaços-tempos que favoreçam sua expressão e seu desdobramento numa proliferação rizomática?”.

Há um livro⁷ muito interessante que conta a seguinte história:

Penso em uma criança que dispôs diversos objetos, grandes e pequenos, cuidadosamente, longamente, de uma maneira que ela achou bonita e ornamental, sobre a mesa de sua mãe, para “agradá-la”. A mãe chega. Tranquila, distraída, pega um desses objetos do qual ela vai precisar, recoloca um outro no seu lugar de sempre, e desfaz tudo. E quando as explicações desesperadas que acompanham os soluções contidos da criança lhe revelam a extensão do seu pouco caso, ela exclama desolada: ah meu amor eu não vi que era alguma coisa!

⁷ LAPOUJADE, D. *As mínimas existências*. Tradução de Hortência Santos Lencastre. São Paulo: Editora: n-1, 2017.

Lapoujade, nesse livro, escreve sobre as existências que ele chama de mínimas, com base no pensamento do filósofo Étienne Souriau: vidas minoritárias que carecem de realidade, mas possuem potencialidade. São existências que lutam para existir, como uma arte de ser. Será que as crianças podem ser pensadas na chave proposta por ele, como existências mínimas? Retomando o parágrafo do filósofo Souriau citado por Lapoujade, surge a pergunta: “O que a mãe não vê?”. Ele arrisca uma resposta: Podemos dizer que é à disposição de um ponto de vista preciso da criança. “Podemos dizer que é a ‘alma’ da criança – inteiramente transportada para a disposição dos objetos” (Lapoujade, 2017, p. 43). Em seguida, Lapoujade continua explicando que a mãe vê os objetos, mas o que ela não percebe “é o modo de existência deles sob o ponto de vista da criança, a arquitetura esboçada diante de seus olhos. O que ela não vê é o ponto de vista da criança: ela não vê que há um ponto de vista – que existe a seu modo” (Lapoujade, 2017, p. 44). Lapoujade enuncia: há almas nesses mundos. E os adultos não as enxergam, tampouco as escutam, atarefados, brutalizados e exaustos que estão. A questão que se impõe é como adotar o ponto de vista das crianças quando todos os dispositivos de saber e poder são adultocentrados e designam às crianças um espaço-tempo determinado, bem como uma função social previamente definida? Como tornar visível e audível a criança na sua potência de agir? Como escapar dos dispositivos de saber/poder e das linguagens adultocentradas?

A questão ética também é complexa, pois acessar as crianças necessariamente exige a anuência tanto de adultos quanto delas próprias. Algumas pesquisas optam por não nomeá-las com seus nomes próprios, como forma de protegê-las. No entanto, o aspecto mais desafiador está em pesquisar crianças fora do contexto escolar, uma vez que há toda uma rede institucional que dificulta ou mesmo impede essa possibilidade.

CPF: As crianças têm uma grande importância social, e seu papel como agentes de socialização foi por muito tempo negligenciado. Como você vê a relevância de tal agência na contemporaneidade?

AA: É preciso dizer que há distinção entre os conceitos de “criança” e “infância”. A partir do clássico trabalho de Ariès, vemos que a infância ocidental é um conceito moderno. A ideia de criança tal como conhecemos hoje enquanto alvo de saberes como pediatria, escola, moda infantil, literatura infantil, entre outros, e de poderes que a regulam, emerge a partir dos séculos XVII/XVIII. A Declaração dos Direitos da Criança, adotada apenas em 1924 pela Liga das Nações, é um marco recente. Infância é um conceito potente. Em tempos de “fim de mundo” – pandemias, urgências climáticas –, a infância sobreviverá, pois mantém uma relação estreita com aquilo que virá: um outro possível, uma diferença, o futuro. Cada

criança que nasce anuncia novos possíveis. Por isso, em guerras e genocídios matam-se crianças, pois eliminar crianças é uma forma de eliminar o futuro e as possibilidades que ele representa. Há um debate na sociologia da infância sobre se a infância é plural ou singular. Pensada na chave da sociologia da infância, a infância é estrutural: em todas as sociedades ocidentais há um lugar social destinado às crianças chamado infância. Já o plural se refere às crianças – múltiplas em suas gerações e períodos históricos –, mas que habitam essa estrutura social singular. Eu não uso “infâncias” no plural, não por uma questão estrutural, mas porque infância é sempre plural por natureza, assim como criança. Infância e criança são múltiplas e têm relação com a multidão. No entanto, crianças não constituem um “povo”: não reivindicam território, língua comum, hino nacional, nem exigem passaporte. A criança é um recomeço, uma ampliação do campo do possível. Quantos possíveis há em uma criança? Mas o que há nas crianças e na infância que podemos aproveitar como um embrião de outro mundo? As crianças não estão aprisionadas nas gramáticas do poder. Isso não significa que elas resistam, porque resistência ainda é uma face do poder; elas não silenciam, pois não atuam sob a lógica normalizadora e moralizadora do mundo – mesmo quando direcionadas para ele. As crianças habitam “um mundo”, singular, e não “o mundo”. Elas transcendem as gramáticas do sofrimento e operam em outro campo de sensibilidade. Em seus modos de ser, não estão inseridas na dialética entre colonialidade e decolonialidade. Ao contrário, suas existências anunciam uma nova imaginação possível. Crianças são formas de forças ativas? Mas como expressá-las sem cair nos clichês que nos cegam para o que realmente se oferece? Esses clichês abarcam o amor, a solidão, o sofrimento, a opressão, o que é arte, o devemos pensar ou sentir, e o que significa ser criança ou ter uma infância. O problema é que, ao pensar sobre crianças, frequentemente nos relacionamos com imagens e representações do que acreditamos que elas são. Sobre a agência das crianças, há alguns exemplos históricos. As crianças participam até mesmo de guerras. Lembremos de relatos sobre a atuação delas em movimentos de resistência em diferentes épocas. Durante a Segunda Guerra Mundial, nos guetos judaicos, crianças com seus corpos diminutos e ágeis escapavam para buscar comida, garantindo muitas vezes a sobrevivência de adultos. Angela Davis aborda a participação política de crianças negras durante a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, em 1963. Hoje, crianças e jovens estão presentes nas intifadas palestinas, jogando pedras contra forças de ocupação, personificando a resistência a políticas de violência e terror contra suas comunidades. No Brasil, crianças participam de manifestações políticas contra o bolsonarismo e o movimento #Elenão, por exemplo. Entretanto, em tempos de guerra, quase nunca ouvimos depoimentos diretamente de crianças; o que

temos são adultos rememorando suas infâncias em tempos de conflito. Vemos cenas de crianças em Gaza clamando por uma vida sem guerra, mas encantadas e horrorizadas pelas fumaças dos mísseis enquanto correm para se proteger. Há ainda as crianças migrantes que, mesmo sem saber nadar, se lançam ao mar, expostas às forças econômicas, raciais, étnicas e etárias de destruição, dependentes dos adultos. Portanto, a questão política reside em pensar quais aparatos e dispositivos podem ser criados para proteger as crianças da exploração do capital, do racismo, da pobreza, dos jogos eletrônicos, da guerra, entre outros? Se a participação na guerra é vista como atividade adulta, as crianças ainda emergem como vítimas de seus efeitos e objetos de proteção. Na prática, no entanto, elas são personagens constantes em conflitos armados – sujeitas dessa história, invariavelmente silenciadas. Ao mesmo tempo, há positividades: crianças podem mediar o mundo social e suas famílias. Vemos isso, por exemplo, em crianças migrantes que ajudam seus pais na aquisição da língua do país em que se encontram ou quando promovem sociabilidades entre seus pais e outros adultos.

CPF: Poderia discorrer sobre a importância dos marcadores sociais da diferença no contexto da sociologia da infância, abordando como eles influenciam as experiências das crianças nas diferentes esferas sociais?

AA: Vou pegar um marcador social, o de raça, por exemplo, e me lembrar a uma tese⁸ defendida em 2019 sobre crianças escravizadas no Brasil que tiveram um encontro com a justiça e, portanto, com o poder. Por meio desse processo, tais vidas infames ganharam visibilidade. Trata-se de vidas de crianças encontradas em arquivos inéditos na cidade de São Simão (SP). Com base nessa tese, relato a história de duas meninas: Ritta, uma menina negra de 2 anos de idade, e Anna, um bebê branco de 8 meses. Esses são nomes verídicos, pois a pesquisa sobre crianças tem como objetivo trazê-las à superfície. É uma função da pesquisa dar textura e vida às crianças esquecidas nos arquivos da história. Além disso, quando crianças emergem em alguma cena social, apenas seus nomes são mencionados. Ao recuperarmos a história invisibilizada de pessoas negras, é raro encontrarmos a história e o nome de crianças negras. No caso específico da tese, Anna Junqueira de uma família abastada e herdeira, recebe em testamento a posse da menina negra Ritta (sem sobrenome). Então, não estamos falando somente do racismo vivenciado na infância, mas da própria infância do racismo no Brasil. Ele nasce junto com a nova idealização e emergência do conceito de infância. São duas vidas, duas crianças cujas histórias

⁸ FERREIRA, E. B. Crianças negras e cotidiano jurídico na Ribeirão Preto do final dos Oitocentos. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

jamais se cruzarão. Qual reparação seria possível diante de histórias tão desiguais? A ideia de infância que emerge no cenário ocidental com uma cor que se arroga como natural e universal. Essa criança naturalizada, entendida como uma subjetividade essencializada, é o que a sociologia da infância e os marcadores sociais tencionam, pois a criança presente no imaginário social e científico é branca. Esse racismo estrutural que separa para sempre essas duas meninas se atualiza na contemporaneidade e se entrelaça com o tecido social brasileiro de inúmeras maneiras: nos indicadores de desempenho escolar, no impacto desproporcional da pandemia sobre crianças negras, nas “balas perdidas” e na pobreza, que incide com mais virulência sobre as crianças negras devido à soma de pobreza e racismo. O racismo e a escravidão estão entranhados no DNA social da sociedade brasileira, emergindo constantemente à superfície.

Há também a questão das sexualidades dissidentes, que se relaciona com o marcador social de gênero. Essas crianças sofrem processos de exclusão, medicalização e experiências de sofrimento que não podem ser ignoradas. Suas diferenças são interpretadas como desvios, e, por isso, são tratadas como abjetas. Se a sociologia da infância, especialmente nos estudos de língua inglesa e francesa, teve a Europa como precursora, a ideia de que a infância é uma estrutura social que abarca diferentes gerações de crianças foi amplamente difundida pelos europeus. Contudo, o Brasil trouxe para esse campo dimensões invisibilizadas ou negligenciadas pelos estudos europeus, como a importância das relações raciais, de gênero e da dimensão indígena. O que significa ser uma criança negra ou indígena em uma sociedade ocidental? O Brasil enriqueceu o campo dos estudos sociais da infância, ampliando o campo por meio de epistemologias subalternas, insurgentes, feministas, antirracistas e interseccionais, agregando as cosmovisões indígenas. Isso foi feito sem desprezar os aportes teóricos tradicionais do campo dos estudos da infância e do movimento sociológico em direção ao protagonismo dos sujeitos na relação com as estruturas sociais. Vandrebroeck⁹, em artigo sobre a discordância, afirma que “o respeito à diversidade não é sobre a tolerância para com aqueles que se desviam das normas. Trata-se de contestar as normas que criam os desvios. Nós precisamos de discordância, a fim de desafiar o que é tido como adquirido e reconhecer que nosso conhecimento é provisório e experimental”. Por conseguinte, a discordância é complexa, mas essa complexidade é extremamente bem-vinda. Não é apenas na mesmice que construímos quem somos, mas também no espelho da diferença e da divergência.

⁹ VANDENBROECK. M. Let us disagree. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, SP: UFSCar, v. 3, n. 2, p. 4-12, nov. 2009. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>.

CPF: De que formas você entende que a sociologia da infância pode contribuir para a formação de profissionais que atuam em diversos campos, sejam científicos, sejam socioculturais, como a educação, as artes, os direitos humanos, a política, a antropologia, entre outros?

AA: A sociologia da infância deveria estar mais presente em todas as esferas e campos sociais. Vou dar um exemplo. Durante a pandemia, ocorreu em um prédio na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, o assassinato do menino de 5 anos chamado Henry Borel. As notícias sobre ele quase sempre se referiam apenas pelo primeiro nome: Henry. Isso acontece com as crianças; elas são enunciadas apenas pelo primeiro nome. Ele foi assassinado pelo padrasto, e a mãe parecia saber o que ocorria. Retomo essa história, amplamente narrada pelos noticiários brasileiros, porque se tratava de um menino branco e de classe média. O que quero destacar aqui é que essa criança *falava* sobre o que estava ocorrendo: vomitava, se agarrava à babá, Thayná Oliveira (que também é pouco nomeada), pedia para não ficar com o padrasto e mancava, sinalizando o espancamento. Em um vídeo que mostra Henry mancando, ele aparentemente está rindo. É difícil interpretar a linguagem da criança: por que ele sorri? Está brincando com o celular na mão - seria para pedir ajuda? Nenhum adulto entendeu sua fala: nem na escola, nem o pai, nem a mãe (talvez ela soubesse), enfim, nenhuma das instituições (escola, família, médicos, saberes científicos), criadas para proteger e controlar a criança percebeu o que ele incessantemente comunicava: um pedido de ajuda. Por quê? Porque há toda uma rede de saberes científicos sobre a criança que, na prática, falam por ela e impedem que sua voz seja ouvida. As crianças estão limitadas pelas famílias e pelos saberes que as moldam. O caso impressiona porque, apesar da proteção e controle exercidos por esses saberes, Henry foi assassinado, mesmo anunciando o tempo todo o que estava acontecendo. Há, por exemplo, uma certa psicologia que interpreta os sintomas das crianças como respostas à separação dos pais. Essa mesma psicologia entende a família – geralmente nuclear – como o lugar próprio da criança. Assim, qualquer indício que Henry pudesse demonstrar já seria interpretado como sintomas de sofrimento pela separação dos pais. Mas Henry não estava sofrendo pela separação; ele estava sendo torturado. Esse foi um erro brutal de interpretação. Como a fala de Henry poderia ultrapassar essas construções supostamente científicas? Como poderia fazer ecoar para além dessa rede subjetividades/interpretação/construções do que é ser uma criança e ter uma infância? Como ele poderia escapar dessas interpretações e dizer que o seu sofrimento nada tinha a ver com o desejo por uma família, mas sim com o fato de estar sendo agredido por um adulto, homem, branco e violento? Para ouvir as crianças, precisamos desconstruir os saberes e poderes que há tanto tempo as envolvem. Há crianças que não se importam

e até ficam felizes com a separação dos pais; há crianças que não sofrem com isso nem desejam famílias estruturadas na constelação hegemônica; e há aquelas que amam e precisam de suas famílias, sejam monoparentais ou não. No entanto, há uma lógica capitalista e uma rede de saberes que criam verdades institucionais sobre crianças, impedindo que escutemos o que elas têm a dizer. O que temos, então, é a “criança dos psicólogos”, a “criança dos pedagogos”, a “criança dos juízes”, a “criança dos Estados”, a “criança das famílias”, a “criança das ONGs”, a “criança dos líderes religiosos”. Como escapar disso? Todos esses sistemas de significação sobre o que é ser uma criança investem incessantemente sobre elas, impondo-lhes subjetividades. Mesmo quando uma criança indica que está sendo torturada, não se ouve sua voz. Como superar esses paradigmas? O campo teórico sobre crianças pequenas está saturado por alguns saberes que, paradoxalmente, impedem que a voz da criança seja ouvida, mesmo quando se propõem a escutá-las. Essas representações do que é ser uma criança acabam por ocultar as forças que elas emanam. Como perceber as forças que emanam das crianças sem enquadrá-las nas lógicas das representações? A sociologia da infância pode contribuir em todas as esferas do social, pois parte de um agenciamento epistemológico, metodológico e subjetivo que dá lugar à voz e à agência das crianças.

CPF: Em relação à importância de se pensar espaços acolhedores para crianças para além das estruturas escolares, como vê a necessidade de discussões que considerem as crianças na elaboração de projetos que visem cidades mais acessíveis?

AA: Se tomarmos, por exemplo, a sociologia da infância francesa, ela pretendeu, em sua emergência, “desescolarizar” a criança, ou seja, pensar a criança para além do papel de aluno. Também buscou entender como a criança encarna o *métier* da infância fora do espaço escolar. Na prática, trata-se de um retorno à sociologia, não mais centrada na escolarização, mas sim em uma sociologia da socialização. É importante entender que, na França, desescolarizar a criança é uma tarefa árdua, pois o lugar da escola está no coração da identidade política e do imaginário nacional do país. Pensar a criança fora da escola é uma abordagem verdadeiramente inovadora. A questão central é: como se adquire um *métier*, como ele se manifesta e como um sujeito o incorpora? Portanto, é necessário pensar nas crianças em outros espaços sociais. No Brasil, há um campo teórico relevante que explora a relação entre a cidade e as crianças. As cidades e os territórios urbanos são marcados por extrema desigualdade e segregação racial. Nos locais mais pobres e habitados predominantemente por pessoas negras, há pouquíssimos equipamentos e espaços públicos disponíveis, tanto para crianças quanto para adultos. Essa escassez reflete

como a cidade espacializa as desigualdades e as segregações. O direito à cidade precisa ser conquistado, assim como as lutas por moradia. Quando falamos de crianças, em geral, há poucos espaços sociais pensados para elas. Em uma cidade como São Paulo, rica em recursos, é impossível passear com um carrinho de bebê pelas ruas. Nas periferias, há poucas praças, e a concepção dos parquinhos é ultrapassada. Os brinquedos, muitas vezes gradeados, são pouco estimulantes, o que acaba levando muitos pais a “prender” as crianças nas mídias sociais e tecnologias que as controlam e moldam seus imaginários por meio de jogos eletrônicos e outros estímulos artificiais. Nada na cidade está à altura das crianças, nem mesmo uma campainha. A arquitetura urbana não permite que elas circulem de forma autônoma. Há poucas cidades que pensam nesse tipo de acessibilidade, como é o caso de Amsterdam e Copenhague, por exemplo, conhecidas por se preocuparem com o transporte e a circulação das crianças. No entanto, em muitas cidades brasileiras, as crianças que circulam são aquelas em situação de vulnerabilidade: nos faróis, nos lixões, expostas à violência e, em alguns casos, às “balas perdidas”. Francesco Tonucci, pedagogo e desenhista italiano, defensor das crianças, afirmava há décadas que deveríamos usar as crianças como ponto de referência para repensar as cidades. Nesse caso, se for boa para elas, será justa para todos. Ele defendia a ideia de: “a criança como paradigma de uma cidade para todos”. Se tomarmos como exemplo as crianças indígenas, a relação com o espaço, o território, a comida, o trabalho e o brincar é diferente. Essas crianças vivem com vitalidade e alegria. Pergunte a uma criança indígena o que ela quer ser quando crescer, e ela responderá: “Quero ser velho para contar histórias”. Ou seja, essa pergunta nem faz sentido dentro dessa cosmovisão. Krenak afirma que viver é acumular experiências e fruir a existência. Nessa perspectiva, ser criança é algo completamente diferente. Há um artigo¹⁰ que escrevi que começa com a seguinte pergunta: o que uma criança vê quando olha para a cidade, cercado de carros, buzinas, concreto e verde por todos os lados? O que uma criança vê quando está em uma creche cercada de adultos, crianças, brinquedos? Por que algo assim tão simples produz pesquisas, campos teóricos, associações mundiais, para descrever algo aparentemente tão simples como dizer o que a criança vê, quando olha?

E responde ao final:

O que a criança vê quando olha uma cidade? A resposta é simples, é preciso perguntar, querer saber sua opinião e de fato escutar, mas a importância do olhar de uma criança que olha uma cidade – seja na Faixa de Gaza, na Cisjordânia, seja em Ruanda, na África, ou no município de Santo

10 A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. In: Faria, A.L.G; FINCO, D. (org.). *Sociologia da infância no Brasil*. Campinas: SP: Autores Associados, 2011.

Antônio dos Milagres, no Piauí – é que a cidade é um meio a ser explorado e inventado. Uma cidade, sob os olhos de uma criança, se presta a novos trajetos e a novos traçados de vida; a cidade, sob o olhar de uma criança, pode vir a ser um vetor de imaginação. Ela cria mil e um tipos de cidade, insanamente, irresponsavelmente e, sobretudo infantilmente, com toda a positividade de ser infantil: um mundo possível e ainda desconhecido.